



A CRISE DA AUTORIDADE NA EDUCAÇÃO DAS NOVAS GERAÇÕES¹

Érika Gianluppi Villani², Maria Regina Johann³

¹ Pesquisa desenvolvida na Unijuí; financiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PIBIC/CNPq.

² Bolsista CNPq; estudante do curso de Psicologia da UNIJUÍ. E-mail: erika.villani@sou.unijui.edu.br.

³ Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências (PPGEC) e dos Cursos de Licenciatura da UNIJUÍ. Pesquisadora e coordenadora do Grupo de Estudos Infâncias brasileiras: temas emergentes e desafios à formação e à educação (UNIJUÍ).

Endereço de Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1342712435989637>. E-mail: maria.johann@unijui.edu.br

INTRODUÇÃO

Hannah Arendt (2002), afirma que a partir do século XX enfrentamos uma crise da autoridade e, nas palavras da autora, “uma forma bem específica de autoridade que fora válida em todo o mundo ocidental durante longo período de tempo” se perdeu no mundo moderno (Arendt, 2002, p. 129). A autoridade sempre fora aceita em áreas pré-políticas como na criação de filhos e na educação, visto que perante ao desamparo da criança é natural que um adulto a guie para que, assim, possa se garantir a continuidade da espécie e também manter a ordem civilizatória da sociedade. Neste escrito, busca-se compreender como a autoridade dos adultos em relação às crianças se atualiza no mundo contemporâneo.

Estudos de Ohlweiler; Fischer (2013), apontam que as crianças consideram as suas infâncias melhores que as que seus pais e avós tiveram no que compete aos castigos sofridos, mas, em contrapartida, pior em relação à educação que recebem. Arendt (2002) alerta que, por exigir obediência, a autoridade é comumente confundida com a utilização de violência e poder, mas que ela jamais é legitimada dessa forma. Defour também salienta que a autoridade se dá sempre pela palavra e não pela força física (Defour *apud* Ohlweiler; Fischer, 2013).

Nesse viés, este escrito é um recorte da pesquisa intitulada “A dupla função do educar: proteger as crianças do mundo e o mundo das crianças”, dedicada a entender a noção de autoridade entre adultos e crianças. Por esse motivo, o texto tem como objetivo sustentar razões de que as crianças são estrangeiras quando chegam ao mundo e precisam que alguém as ampare e as oriente. Para isso, recorreremos ao conceito de autoridade proposto por Hannah Arendt e também, em um viés psicanalítico, procuramos enfatizar o quanto a dimensão da autoridade é fundamental para o movimento de constituição psíquica.



Além disso, o estudo atenta-se a atender o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) quatro, que visa: assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.

METODOLOGIA

Esta produção enquadra-se em uma pesquisa de abordagem qualitativa, e tem como um dos procedimentos a revisão bibliográfica que visa gerar informações acerca da dimensão da autoridade dos adultos em relação às crianças. Objetiva-se aqui, compreender a noção de autoridade do ponto de vista pré-político, cunhada na dimensão familiar e que se estende também no horizonte educacional, como algo próprio, relativo aos adultos que se ocupam do cuidado e da educação das novas gerações. Para a elaboração deste escrito, nos referenciamos em autores como Hannah Arendt para compreender o conceito de autoridade, Sigmund Freud para pensar a autoridade na constituição das novas gerações e Julieta e Alfredo Jerusalinsky para pensar a autoridade nas infâncias contemporâneas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O termo infância origina-se do latim *fari* que significa falar. Acompanhado do prefixo de negação *in*, a expressão refere-se àquele que ainda não fala (Ohlweiler; Fischer, 2013). Logo, isso nos indica que os recém-chegados ao mundo têm algo comum da sua espécie a aprenderem com os que já habitam o planeta.

Hannah Arendt (2002), ao indagar o que é a autoridade, retifica-se colocando como mais adequado questionar o que foi a autoridade, uma vez que ela desapareceu no mundo moderno. Esse conceito de origem política, é fundamental também em áreas pré-políticas como a criação dos filhos e a educação das crianças. No âmbito da educação das novas gerações, a autoridade sempre fora aceita e requerida como uma necessidade natural, visto que a chegada de um novo indivíduo no mundo requer que um anfitrião o receba e o transmita o que já foi descoberto ao longo dos anos e transmitido de geração em geração até chegar na atual. A autora enfatiza que a ordem autoritária jamais se dá pela coerção e pela persuasão, mas pela hierarquia. Ou seja, não é forçando nem convencendo que a autoridade se apresenta,



ela se manifesta como uma colocação natural e fundamental para a manutenção da civilização.

De acordo com Arendt (2002), a autoridade também está vinculada às normas, às leis e aos acordos sociais e é nesse sentido que Freud salienta a importância de que alguém se ocupe da função paterna para uma criança. Em psicanálise, a função paterna não se confunde com as responsabilidades legais e morais do genitor, mas diz respeito à entrada da Lei na relação mãe e bebê, interditando a relação incestuosa que poderia se dar entre eles. O pai como representante da Lei, metaforicamente, castra o menino impedindo que este se aposses da mãe (Kehl, 2021). Quem cumpre esse papel pode ser visto aqui como uma figura de autoridade, que hierarquicamente conquistou esse lugar e que o ocupa com legitimidade, obtendo a admiração e o respeito da criança sem a utilização de qualquer forma de persuasão ou coerção.

Durante o desenvolvimento psico-sexual, a criança passa pelo Complexo de Édipo, e é a partir desse processo (que ocorre entre 3 e 5 anos) que se dá a estruturação psíquica do sujeito. No Complexo de Édipo a mãe se torna a figura de desejo do menino e o pai é posto para ele como seu rival que impede seu acesso à mãe. Dessa forma, o menino procura ser o pai para ter a mãe copiando o seu modelo de comportamento por meio da identificação e, assim, internaliza as regras e normas sociais representadas pela autoridade paterna (Bock, 2018).

Posteriormente, por medo de perder o amor do pai, o menino renuncia a esse desejo e encontra outros interesses através da cultura e da inserção na escola. Com a menina, ocorre o mesmo processo, porém as figuras de desejo e identificação são invertidas (Bock, 2018). Portanto, para esse processo de constituição psíquica é fulcral a existência de pessoas que ocupam esse lugar de referência para a criança, este Outro encarnado portador de um suposto saber e disposto a transmitir o que sabe sobre a vida às novas gerações.

Vale salientar que quem desempenha esses papéis não tem de ser necessariamente um homem ou uma mulher, “se existir para a criança alguém que faça a função paterna e alguém que se encarregue amorosamente dos cuidados maternos, a família estruturará edipicamente o sujeito” (Kehl, 2021, p. 27). Hodiernamente, nos deparamos com novos arranjos familiares, famílias compostas por dois pais ou duas mães, por um pai e uma madrasta, irmãos postíços entre outras composições as quais Maria Rita Kehl chama de



famílias tentaculares. Independente da composição familiar, os desafios na educação das novas gerações se fazem presentes.

Julieta Jerusalinsky (2017) alerta que com o advento da tecnologia, as relações entre adultos e crianças foram afetadas, pois as telas ocupam um lugar central na vida das pessoas seja de saber, de entretenimento ou de trabalho. Nesse sentido, Alfredo Jerusalinsky (2017) ressalta que diante do grandioso número de notícias e informações, as experiências e testemunhos pessoais passam a ficar desvalorizados, pois disputam holofotes com as mídias.

Assim, as experiências dos adultos parecem não terem mais serventia para as crianças, pois muitas vezes eles conseguem respostas mais rápidas e supostamente mais precisas na internet, do que advindas dos pais ou professores. Porém, Julieta Jerusalinsky (2017) enfatiza o quão importante se faz para o sujeito a presença de um Outro encarnado. Este “Outro”, com letra maiúscula, é encarnado em uma pessoa tida como referência para a criança desde os seus primeiros momentos de vida, como por exemplo, a mãe ou quem exerce a função materna. É esse Outro que, investindo na criança, faz com que aquele “pedaço de carne” se torne um sujeito desejante.

Julieta Jerusalinsky (2017) adverte que há casos em que a referência dos pequenos não é mais uma pessoa de carne e osso, mas sim, um objeto eletrônico. Dessa forma, isso torna-se preocupante, uma vez que estes objetos não possuem os mesmos atributos que os humanos possuem e que são necessários na infância para a estruturação psíquica. As crianças precisam de um Outro em presença física, acometido por atos falhos, chistes e lapsos, que não têm respostas prontas para tudo, ou seja, alguém que erra, que frustra, mas que, acima de tudo, interpreta as necessidades da criança (Jerusalinsky, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que foi exposto neste escrito, considera-se que vivenciamos uma crise da autoridade no que diz respeito à criação dos filhos e à educação. Hannah Arendt (2002) argumenta que essa crise é de origem política mas que também se estendeu para áreas pré políticas como a família e a escola. Freud, por sua vez, afirma que para a constituição psíquica do sujeito é fulcral a presença de alguém que se coloque como Lei, como autoridade. Além disso, Julieta e Alfredo Jerusalinsky apontam para nos atentarmos à inserção dos



adventos tecnológicos na dimensão familiar e que lugar esses artefatos estão ocupando na vida dos adultos e das crianças.

Nesse viés, leva-se em conta que os recém chegados ao mundo, necessitam da instrução de alguém conhecedor desse lugar, que sirva como testemunho e transferência do que a espécie humana já desenvolveu para que, assim, continuamos a nossa jornada civilizatória preservando o que já foi conquistado e fazendo novas descobertas. As ODS, especialmente a que trata de educação, se apresenta como uma alternativa válida para buscar novas possibilidades para a reafirmação da noção de autoridade.

Palavras-chave: Infâncias. Autoridade. Transferência. Constituição psíquica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. A crise na educação. *In: Entre o passado e o futuro*. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 221- 247.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias:** Uma introdução ao estudo de Psicologia. 15.ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

JERUSALINSKY, Alfredo. Homo Web: o fascínio da lógica eletrônica. *In: BATISTA, Angela; JERUSALINSKY, Julieta (Org.). Intoxicações eletrônicas*. O sujeito na era das relações. 1 ed. Salvador: Editora Ágalma, 2017, p. 56-62.

JERUSALINSKY, Julieta. As crianças entre os laços familiares e as janelas virtuais. *In: BATISTA, Angela; JERUSALINSKY, Julieta (Org.). Intoxicações eletrônicas*. O sujeito na era das relações. 1 ed. Salvador: Editora Ágalma, 2017, p. 39-55.

KEHL, Maria Rita. Em defesa da família tentacular. *In: MENA, Luiz (Org.). O infamiliar na contemporaneidade: O que faz família hoje?* Salvador: Ágalma, 2021, p. 15-35.

OHLWEILER, Mariane Inês; FISCHER Rosa Maria Bueno. Autoridade, Infância e “crise na educação” **Cadernos de Pesquisa**. v.43 n.148 p.220-239 jan./abr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/WwCsvXVD4VPb7C7CsMXBdzb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 jun. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/4>. Data de acesso: 26 de jun. 2024.